

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica
2025/2026

1. Nome da Unidade curricular:

Contratação pública e concorrência

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral Anual
Horas de Trabalho: 196
Créditos ECTS: 7

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Professor Nuno Cunha Rodrigues – 1.º semestre – 2h. semanais

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

(máximo 1000 caracteres)

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Partindo da análise do direito da contratação pública a nível internacional (mundial e europeu) e nacional (código dos contratos públicos), pretende-se interceptar esta realidade com o estudo do direito da concorrência.

6. Conteúdos programáticos:

DIREITO INTERNACIONAL E EUROPEU DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

1. Fundamento económico da liberalização mundial dos contratos públicos.
2. A contratação pública no ordenamento jurídico internacional.
3. A contratação pública no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). O Acordo sobre os Contratos Públicos (da OMC).
4. Fontes e princípios fundamentais do Direito da União Europeia em matéria de contratação pública.

DIREITO NACIONAL DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

1. O Código dos Contratos Públicos (remissão).

CONTRATAÇÃO PÚBLICA E CONCORRÊNCIA

1. A relação entre o direito da concorrência e o direito da contratação pública
2. Mercado relevante e contratos públicos;
3. A oferta nos contratos públicos:
 - 3.1. A aplicação do artigo 101.º do TFUE aos contratos públicos:
 - 3.1.1. Enquadramento geral
 - 3.1.2. A defesa da concorrência pela entidade adjudicante
 - 3.1.3. Procedimentos pré-contratuais
 - 3.1.4. A aplicação do artigo 102.º do TFUE aos contratos públicos
 4. A procura nos contratos públicos:
 - 4.1. Poder de mercado e poder de monopólio
 - 4.2. O Estado como empresa;
 - 4.3. A noção de empresa no Direito Europeu da concorrência
 - 4.4. O conceito de actividade económica
 5. A concessão de direitos especiais ou exclusivos nos contratos públicos;
 - 5.1. O artigo 106.º, n.º 1 do TFUE
 - 5.2. O artigo 106.º, n.º 2 do TFUE
 6. Monopólios comerciais e contratos públicos



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

7. Contratos públicos e auxílios de Estado

DIREITO NACIONAL DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA (cont.)

1. Fontes nacionais do direito da contratação pública.
2. O Código dos Contratos Públicos. Princípios fundamentais.
3. As directivas de 2014 e a revisão do Código dos Contratos Públicos.
4. O CCP (2022):
 - 4.1. Âmbito objectivo
 - 4.2. Âmbito subjectivo
 - 4.3. Contratação excluída
 - 4.4. A decisão de contratar no Código dos Contratos Públicos.
 - 4.5. Preço estimado; preço-base e preço contratual
 - 4.6. A escolha do procedimento;
 - 4.6.1. Enquadramento geral;
 - 4.6.2. Tipos de procedimentos;
 - 4.7. A proibição de fracionamento da despesa;
 - 4.8. A adjudicação por lotes
 - 4.9. A noção de concorrente
 - 4.10. Causas de exclusão; relevação de impedimentos e direito da concorrência
 - 4.11. A adjudicação do contrato
 - 4.12. As concessões de serviço público e as implicações da Directiva 2014/23/UE;
 - 4.13. Os contratos de locação e de aquisição de bens e serviços e de alienação de bens.
 - 4.14. As Parcerias Público-Privadas e o Código dos Contratos Públicos.
5. Fiscalização dos contratos públicos pelo Tribunal de Contas.

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

O curso abrange o enquadramento jurídico internacional da contratação pública, partindo do direito internacional e do direito da União Europeia bem como a apreciação do direito europeu da concorrência e do direito nacional da concorrência procurando interceptar ambos os regimes jurídicos.

8. Metodologias de ensino:

A metodologia de ensino consiste, essencialmente, no modelo de aulas de teor expositivo, promovendo-se a participação dos alunos, designadamente no comentário crítico a hipóteses colocadas, no sentido da adequação do conteúdo da disciplina a situações concretas.

9. Avaliação:

A avaliação é realizada mediante um exame final escrito, acrescendo um trabalho de investigação (obrigatório) de natureza científica (relatório) com uma dimensão máxima de 10 (dez) páginas.

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

A metodologia de ensino (avaliação incluída) visa a aplicação a situações concretas de modelos teóricos adquiridos, como é reclamado pelas especificidades das matérias jurídicas e sua relevância prática

11. Bibliografia principal:

- AZEVEDO, Maria Eduarda, As Parcerias Público-Privadas. Instrumento de uma Nova Governação Pública, Almedina, Coimbra, 2009.
- ESTORNINHO, MARIA JOÃO (2006), Direito Europeu dos Contratos Públicos. Um Olhar Português, Almedina, Coimbra.
- ESTORNINHO, MARIA JOÃO, A transposição das Diretivas Europeias de 2014 e o Código dos Contratos Públicos, e-book, ICJP, disponível em http://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/e-book_diretivaseuropeias2014eccp_icjp-cidp_0.pdf
- RODRIGUES, Nuno Cunha, Contratação Pública e Concorrência, AAFDL, 2019;
- RODRIGUES, Nuno Cunha, A contratação pública como instrumento de política económica, Almedina, Coimbra, 2013
- RODRIGUES, Nuno Cunha, A adjudicação de concessões na nova Lei da Concorrência, in Revista de Contratos Públicos, n.º 5, 2012, pp. 47 68



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

RODRIGUES, Nuno Cunha, A nulidade de contratos públicos à luz do Direito da Concorrência, in Estudos de Contratação Pública, vol. IV, 2013, pp. 181-230
RODRIGUES, Nuno Cunha, O conceito de concorrente e a fixação de limites à adjudicação por lotes na contratação pública, in Estudos em Homenagem a Rui Pena, Almedina, Coimbra, 2019, pp. 859-887
RODRIGUES, Nuno Cunha, A fixação de preço base abaixo do custo de mercado, in Revista de Contratos Públicos, n.º 24, agosto 2020, pp. 5-40
SILVA, Miguel Moura e, Direito da Concorrência – uma introdução jurisprudencial, Almedina, Coimbra, 2008
TRABUCO, Cláudia e EIRÓ, Vera (org.), Contratação Pública e Concorrência, Almedinda, Coimbra, 2013

Bibliografia estrangeira

Beate Sjafell/Anja Wiestbrock, Sustainable Public Procurement under EU law, Cambridge, 2016;
Gabriella Racca/Chris Yukins (coords.), Integrity and Efficiency in Sustainable Public Contracts, Bruylant, 2014;
Gian Luigi Albano/Caroline Nicholas (coords.), The Law and Economics of Framework Agreements, Cambridge, 2016;
Gustavo Piga/Steen Treumer (coords.), The Applied Law and Economics of Public Procurement, Routledge, 2013.
Patricia Valcárcel Fernández (coord.), Compra conjunta y demanda agregada en la contratación del sector público. Un análisis jurídico y económico, Thomson, 2016;

12. Observações:

(máximo 1000 caracteres)

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.

Curricular Unit Sheet

Course Master in Law
2025/2026

1. Curricular Unit Name:

Public procurement and competition law

2. Complementary Information:

Duration: Semester Annual
Work hours: 196
Credits ECTS: 7

3. Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit:

Professor Nuno Cunha Rodrigues – 1st semester – 2hours weekly

4. Other academic staff and respective workloads in the curricular unit:

(maximum 1000 characters)

5. Learning outcomes of the curricular unit:

Based on the analysis of public procurement law at an international (worldwide and European) and national level (public procurement code), it is intended to intercept this reality with the study of competition law.

6. Syllabus:

INTERNATIONAL AND EUROPEAN PUBLIC PROCUREMENT LAW



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

1. Economic basis for the global liberalization of public procurement.
2. Public procurement in the international legal system.
3. Public procurement within the scope of the World Trade Organization (WTO). The Government Procurement Agreement (of the WTO).
4. Sources and fundamental principles of European Union law on public procurement.

NATIONAL PUBLIC CONTRACTING LAW

1. The Public Procurement Code (reference).

PUBLIC CONTRACTING AND COMPETITION

1. The relationship between competition law and public procurement law
2. Relevant market and public procurement;
3. The offer in public contracts:
 - 3.1. The application of Article 101 TFEU to public procurement:
 - 3.1.1. general framework
 - 3.1.2. The defense of competition by the contracting authority
 - 3.1.3. Pre-contractual procedures
 - 3.1.4. The application of Article 102 TFEU to public procurement
 4. Demand in public contracts:
 - 4.1. Market power and monopsony power
 - 4.2. The State as a company;
 - 4.3. The notion of company in European competition law
 - 4.4. The concept of economic activity
 5. The granting of special or exclusive rights in public contracts;
 - 5.1. Article 106(1) TFEU
 - 5.2. Article 106(2) of the TFEU
 6. Commercial monopolies and public contracts
 7. Public contracts and State aid

NATIONAL PUBLIC PROCUREMENT LAW (cont.)

1. National sources of public procurement law.
2. The Public Procurement Code. Fundamental principles.
3. The 2014 directives and the revision of the Public Procurement Code.
4. The CCP (2022):
 - 4.1. objective scope
 - 4.2. subjective scope
 - 4.3. Hiring excluded
 - 4.4. The decision to contract in the Public Procurement Code.
 - 4.5. Estimated price; base price and contract price
 - 4.6. The choice of procedure;
 - 4.6.1. General framework;
 - 4.6.2. Types of procedures;
 - 4.7. Prohibition of splitting the expenditure;
 - 4.8. The award by batches
 - 4.9. The notion of competitor
 - 4.10. Exclusion causes; Relevance of impediments and competition law
 - 4.11. The award of the contract
 - 4.12. Public service concessions and the implications of Directive 2014/23/UE;
 - 4.13. Contracts for the leasing and acquisition of goods and services and the sale of goods.
 - 4.14. Public-Private Partnerships and the Public Contracts Code.
5. Supervision of public contracts by the Court of Auditors.

7. Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:

The course covers the international legal framework of public procurement, starting from international law and European Union law, as well as the assessment of European competition law and national competition law, seeking to intercept both legal regimes.

8. Teaching methodologies (including evaluation):

The teaching methodology consists, essentially, of the lecture model with an expository content, promoting the participation of the students, namely in the critical comment to the hypotheses posed, in the sense of adapting the content of the discipline to concrete situations.

9. Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:

The evaluation is carried out through a final written exam, adding a research work (mandatory) of a scientific nature (report) with a maximum dimension of 10 (ten) pages.

10: Evaluation:

The teaching methodology (including evaluation) aims at applying acquired theoretical models to concrete situations, as required by the specificities of legal subjects and their practical relevance

11: Main Bibliography:

AZEVEDO, Maria Eduarda, *As Parcerias Público-Privadas. Instrumento de uma Nova Governação Pública*, Almedina, Coimbra, 2009.
ESTORNINHO, MARIA JOÃO (2006), *Direito Europeu dos Contratos Públicos. Um Olhar Português*, Almedina, Coimbra.
ESTORNINHO, MARIA JOÃO, *A transposição das Diretivas Europeias de 2014 e o Código dos Contratos Públicos*, e-book, ICJP, disponível em http://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/e-book_diretivaseuropeias2014eccp_icjp-cidp_0.pdf
RODRIGUES, Nuno Cunha, *Contratação Pública e Concorrência*, AAFDL, 2019;
RODRIGUES, Nuno Cunha, *A contratação pública como instrumento de política económica*, Almedina, Coimbra, 2013
RODRIGUES, Nuno Cunha, *A adjudicação de concessões na nova Lei da Concorrência*, in *Revista de Contratos Públicos*, n.º 5, 2012, pp. 47-68
RODRIGUES, Nuno Cunha, *A nulidade de contratos públicos à luz do Direito da Concorrência*, in *Estudos de Contratação Pública*, vol. IV, 2013, pp. 181-230
RODRIGUES, Nuno Cunha, *O conceito de concorrente e a fixação de limites à adjudicação por lotes na contratação pública*, in *Estudos em Homenagem a Rui Pena*, Almedina, Coimbra, 2019, pp. 859-887
RODRIGUES, Nuno Cunha, *A fixação de preço base abaixo do custo de mercado*, in *Revista de Contratos Públicos*, n.º 24, agosto 2020, pp. 5-40
SILVA, Miguel Moura e, *Direito da Concorrência – uma introdução jurisprudencial*, Almedina, Coimbra, 2008
TRABUCO, Cláudia e EIRÓ, Vera (org.), *Contratação Pública e Concorrência*, Almedina, Coimbra, 2013

Bibliografia estrangeira

Beate Sjafell/Anja Wiestbrock, *Sustainable Public Procurement under EU law*, Cambridge, 2016;
Gabriella Racca/Chris Yukins (coords.), *Integrity and Efficiency in Sustainable Public Contracts*, Bruylant, 2014;
Gian Luigi Albano/Caroline Nicholas (coords.), *The Law and Economics of Framework Agreements*, Cambridge, 2016;
Gustavo Piga/Steen Treumer (coords.), *The Applied Law and Economics of Public Procurement*, Routledge, 2013.
Patricia Valcárcel Fernández (coord.), *Compra conjunta y demanda agregada en la contratación del sector público. Un análisis jurídico y económico*, Thomson, 2016;

12: Remarks:

(maximum 1000 characters)

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.